

CDLivre da Economia Solidária

O caminho para as redes

Apresentação para o 7º Fórum Internacional de Software Livre, 22 de abril de 2006

Por: Daniel Tygel, Euclides Mance e Vicente Aguiar

Sumário

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PAÍS.....	1
A PROPOSTA.....	3
<i>Por que?.....</i>	3
<i>O que é o CDLivre?.....</i>	4
<i>Quais os requisitos de instalação?.....</i>	5
<i>Qual a estratégia de desenvolvimento?.....</i>	5
CONTATOS.....	6
ANEXOS.....	7
<i>A. Esboço de casos de uso.....</i>	7
<i>B. Dados do Mapeamento Nacional de Economia Solidária.....</i>	8

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PAÍS

A expansão da economia solidária no Brasil tem sido notável nos últimos dez anos. Motivada por vários fatores, como a crise estrutural e as práticas da economia popular, a economia solidária coloca-se como um projeto econômico diferente do capitalista, onde os meios de produção são dos trabalhadores e trabalhadoras e as relações de trabalho são permeadas pela solidariedade. Este não é um fenômeno novo: em várias épocas houve experiências que tinham em seu seio estes princípios, como as práticas de reciprocidade entre grupos indígenas de diversos continentes e as primeiras iniciativas do cooperativismo e associativismo europeus do século XIX.

Neste contexto, cooperativas, associações de produtores, empresas autogestionárias, grupos comunitários, feiras de comercialização vão sendo constituídos por trabalhadores. Estas organizações coletivas de geração de trabalho e renda apresentam nas suas práticas princípios de autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social, que as diferenciam do trabalho nos moldes capitalistas e as configuram enquanto economia solidária.

Desde a década de 90, no Brasil, os atores da economia solidária vêm se articulando e se organizando em espaços regionais de atuação. No entanto, foi no primeiro Fórum Social Mundial (Porto Alegre/RS, 2001), que trabalhadores(as), ONGs, movimentos sociais e representantes do poder público formaram o Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária (GT Brasileiro), reunindo e aproximando entidades nacionais ligadas à Economia Solidária, até que foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária em 2003. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (e os Fóruns Estaduais)

estruturam-se de forma a garantir a articulação entre três segmentos do movimento de Economia Solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos.

Denominamos de **empreendimentos solidários** as diversas formas concretas de manifestação da Economia Solidária, que são de uma riqueza e diversidade consideráveis. Os empreendimentos solidários são os principais protagonistas do movimento de Economia Solidária, e são de grande amplitude e diversidade: cooperativas, associações populares e grupos informais (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nos âmbitos rural urbano); empresas recuperadas de autogestão (antigas empresas capitalistas falidas recuperadas pelos/as trabalhadores/as); agricultores familiares; fundos solidários e rotativos de crédito (organizados sob diversas formas jurídicas e também informalmente); clubes e grupos de trocas solidárias (com ou sem o uso de moeda social, ou moeda comunitária); redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias; lojas de comércio justo; agências de turismo solidário; entre outras.

Outro segmento do movimento consiste nas **entidades de assessoria e fomento**, que normalmente se organizam na forma de associações sem fins lucrativos (ONGs) ou universidades (incubadoras tecnológicas e grupos de extensão) e prestam serviços de apoio e fomento aos empreendimentos solidários, seja na forma de ações de formação (tanto técnica quanto econômica e política), seja na forma de apoio direto (em estrutura, assessoria, consultoria, elaboração de projetos e/ou oferecimento de crédito) para a incubação e promoção de empreendimentos.

O terceiro segmento do movimento de Economia Solidária brasileiro é o de **gestores públicos**, composto por representantes de governos municipais e estaduais que tenham em sua gestão programas explicitamente voltados à Economia Solidária.

A organização destes três segmentos tem buscado superar as distâncias territoriais, no esforço de favorecer a formação de cadeias produtivas entre empreendimentos da economia solidária, a criação de políticas públicas para o setor, espaços de comercialização e formação, além de contribuir para o fortalecimento da identidade da economia solidária, tanto para dentro de cada setor como para o reconhecimento desta pela sociedade.

Segundo dados parciais do mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego em parceria com o FBES em 2005, há hoje no Brasil aproximadamente **14.900 empreendimentos solidários**, envolvendo mais de **1.200.000 (um milhão e duzentos mil) trabalhadores e trabalhadoras associados/as**, sem contabilizar-se as suas famílias. Desde a criação do Fórum Brasileiro em 2003 e da constituição dos Fóruns Estaduais entre 2003 e 2005, tem sido muito rápido o aumento de empreendimentos solidários envolvidos ativamente dentro do movimento de economia solidária: há praticamente **1.900 empreendimentos solidários** envolvendo aproximadamente **142.000 pessoas** de maneira direta em fóruns e redes estaduais de Economia Solidária! Estes dados estão anexados a este documento e disponíveis no site do Fórum Brasileiro (www.fbes.org.br) no Atlas da Economia Solidária.

A PROPOSTA

Por que?

Para que a Economia Solidária possa de fato se tornar uma alternativa ao sistema econômico atualmente vigente, muitos são os desafios. Não basta haver milhares de empreendimentos solidários pelo país, se estes estão isolados e acabam consumindo e vendendo produtos a empresas

convencionais capitalistas, que exploram o trabalho e continuam o círculo vicioso de acumulação de dinheiro, aumentando o abismo entre os abastados e os que nada têm, ou pior, no caso das multinacionais, deixando sangrar nossos recursos para além-mar...

Neste sentido, um dos principais desafios do movimento de economia solidária é a constituição de redes solidárias de produção, comercialização e consumo, que favoreçam o desenvolvimento local numa perspectiva de distribuição de renda, e, mais que isso, vá se tornando uma alternativa real de organização econômica no país, fundada não na competição desvairada e no acúmulo de capital, mas sim na vida, no bem-viver, na cooperação e autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras. A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, uma das redes nacionais protagonistas da criação do Fórum Brasileiro, tem como uma de suas metas ser justamente um espaço de estabelecimento de fluxos concretos entre produtores e consumidores na perspectiva de redes. Além disso, foi criado o Grupo de Trabalho Nacional de Produção, Comercialização e Consumo Ético e Solidário, também com este objetivo, que está se encaminhando para a constituição de um Sistema Nacional de Comércio Ético e Solidário.

Mas a organização e fortalecimento político do movimento não basta para que redes solidárias se estabeleçam: são necessárias ferramentas que potencializem a constituição destas redes e a integração entre elas. E um sistema de dados que permita a visualização das possibilidades de compras e prestação de serviços entre empreendimentos solidários, de visibilidade de produtos e serviços da economia solidária para consumidores comuns, etc... E para isso, temos “a faca e o queijo na mão”, como diz o ditado. Só falta agir:

1. Por um lado, foi concluído o Mapeamento Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária, e estes dados poderão ser disponibilizados a sistemas nacionais, regionais ou estaduais de acordo com Termo de Referência publicado no início deste ano, em que é autorizada a publicização de contato, localização, produtos / serviços, e os insumos necessários dos empreendimentos, para a elaboração de catálogos e sistemas de organização de redes solidárias.

2. Por outro lado, durante a história do movimento de Economia Solidária, com as Redes de Colaboração Solidárias, a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária e o GT de Produção, Comercialização e Consumo Ético e Solidário, foi sendo desenvolvido todo um conhecimento sobre a constituição de redes e fluxos solidários, e um levantamento das principais ferramentas necessárias para potencializar estes processos.

Se a gente junta estes dois elementos a toda a filosofia do Software Livre, de desenvolvimento de ferramentas tecnológicas em rede, a partir de sistemas colaborativos de trabalho, e a afinidade que existe entre os princípios do movimento de Software Livre e o de Economia Solidária, surge a proposta do *CDLivre da Economia Solidária*.

O que é o CDLivre?

A idéia é aproveitar alguma distribuição Linux que tenha um ambiente Desktop bem desenvolvido e amigável e customizá-la para que seja uma distribuição voltada diretamente para empreendimentos solidários e entidades de assessoria.

Inicialmente havíamos pensado em *Debian-BR-CDD*, *Ubuntu*, *Kubuntu*, ou *Kurumin*, e estamos abertos à escolha de qualquer um destes, de acordo com os prós e contras de cada um, nos critérios de facilidade de uso e instalação, tamanho da comunidade de usuários e desenvolvedores no Brasil, entre outros.

A customização seria a seguinte: além dos programas convencionais destas distribuições para as tarefas de edição de texto e planilha, produção de apresentações, navegação de internet, conversas em

Instant Messengers, etc., o *CDLivre da Economia Solidária* teria uma *barra de tarefas (taskbar)* com atalhos para uma série de programas úteis aos empreendimentos solidários e à potencialização de redes solidárias de produção, comercialização e consumo. Pensamos inicialmente em 4 categorias principais de ferramentas nesta barra de tarefas, conforme descreveremos abaixo. Notem que a grande maioria destas ferramentas já existem no universo *opensource*, tendo somente que serem portados e customizados para nossa língua e nossas especificidades. A ferramenta que não existe, e que teria que ser desenvolvida, é o *solidarius*.

Vamos às 4 funcionalidades gerais, que se subdividem em programas específicos:

1. INFORMAÇÕES DO EMPREENDIMENTO

Esta funcionalidade é bem simples: é basicamente uma interface para que o empreendimento mantenha seus dados atualizados, de modo a manter os dados do banco de dados nacional também atualizado: Contato, pessoas de referência, produtos e serviços oferecidos, e insumos necessários para cada produto e serviço.

2. ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E PLANEJAMENTO DO EMPREENDIMENTO

Esta funcionalidade agrupará uma série de programas livres de gestão e administração, tais como: controle de estoque; fluxo de caixa (livro-caixa); gerenciamento de clientes e fornecedores; geração de etiquetas; organização de atas e relatórios de assembleias e outros eventos; cadastro e gerenciamento dos/as associados/as do empreendimento e de suas contribuições; gerenciamento de compras coletivas; gerenciamento de moeda social (para o caso do empreendimento ser de trocas solidárias), lista de contatos acoplada ao cliente de e-mails para facilitar envio e recebimento de mensagens e criação de listas e mala-diretas, etc...

Além disso, haverá programas para ajudar o empreendimento a definir preço de seus produtos ou serviços e detectar o seu ponto de equilíbrio (ou seja, a meta de atividade mensal para que o empreendimento garanta o bem-viver de todas/os seus/suas associados/as).

3. REDE

Esta é uma funcionalidade que terá que ser realmente desenvolvida, tomando como base alguns trabalhos e reflexões já desenvolvidas por Euclides Mance e outros colaboradores, e pelo esboço do *solidarius* e do *redesol*, que a princípio eram um buscador e um gerenciador de redes solidárias, respectivamente. A idéia nesta funcionalidade é que o empreendimento possa ter uma visão da rede de empreendimentos solidários (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização, etc.) existentes tendo em vista a localização geográfica e afinidade de cadeias produtivas. Em outras palavras, é uma espécie de *navegador web*, cujos nós da rede são empreendimentos solidários e os elos são as relações possíveis ou existentes entre eles por complementariedade (p.ex: um empreendimento produz o insumo necessário para outro, e aí neste navegador, apareceria um elo).

Desta forma, será possível ao empreendimento achar facilmente oportunidades de estabelecimento de rede. Será possível também a entidades de assessoria e a redes ou fóruns locais perceberem que cadeias podem ser agrupadas e o que está faltando na rede (um ponto de comercialização? um determinado empreendimento para abastecer a rede com algum produto ou serviço que está sendo adquirido do mercado capitalista? etc...).

Esta é uma das funcionalidades-chave do CDLivre: um visualizador e navegador no universo de empreendimentos solidários existentes. Já há soluções gráficas para este tpo de navegação, que permitiriam que se tornasse ainda mais intuitiva e poderosa esta ferramenta.

4. DIVULGAÇÃO

Nesta funcionalidade, o fundamental é um programa que acesse os dados do próprio empreendimento e também os dados do banco de dados nacional para que seja possível gerar tanto mensagem de mala-direta para a rede de empreendimentos solidários como também gerar carálogos (do próprio empreendimento, do bairro local, da cidade, ou mesmo da cadeia produtiva da qual o empreendimento faça parte, já com escopo geográfico mais amplo, etc.) que possam ser impressos facilmente. Seria um padrão de consulta a banco de dados e exportação em **.pdf** ou **.odt**.

Quais os requisitos de instalação?

Sabemos que a imensa maioria de empreendimentos solidários não possui conexão à internet, e uma boa parte tem computadores modestos, mais antigos. Por isso, todo o desenvolvimento do CDLivre tem que ter os seguintes princípios:

1. Ser intuitivo e fácil de instalar;
2. Ter opção mais leve de instalação, como a de “hardware modesto” do Debian-BR-CDD, ou a “Xubuntu” do Ubuntu;
3. Ter formas de gerar disquetes para atualização do sistema, de modo que periodicamente o empreendimento pode gerar um disquete, levar para um local com internet, e de lá via navegador fazer a atualização de seus dados no sistema e também carregar seu disquete com dados do sistema atualizados para ele poder realimentar o seu computador com dados mais atualizados da rede.

Qual a estratégia de desenvolvimento?

Podemos pensar nas seguintes etapas para o desenvolvimento do CDLivre:

1. Elaborar o projeto inicial para garantir recursos para uma equipe *core* de desenvolvimento. Isto tem que ser feito imediatamente!
2. Fazer enquetes aos empreendimentos solidários do movimento de Economia Solidária no Brasil sobre as principais ferramentas necessárias dentro das 4 funcionalidades apontadas acima, já perguntando se já usam (e se gostam!) algum programa, para podermos procurar análogos opensource;
3. Fazer um levantamento dos softwares já existentes que podem ser portados para o CDLivre da Economia Solidária. Examinar e fazer a seleção do conjunto que será portado;
4. Concomitantemente ao item 3, definir a distribuição que seria mais adequada aos objetivos da proposta, e também definir que tipo de linguagem seria utilizada: php? perl? c?
5. Lançar o projeto em algum ambiente colaborativo (códigolivre? debian-br? sourceforge?)
6. Desenvolver!! :^)

CONTATOS

Daniel Tygel <dtygel@fbes.org.br>

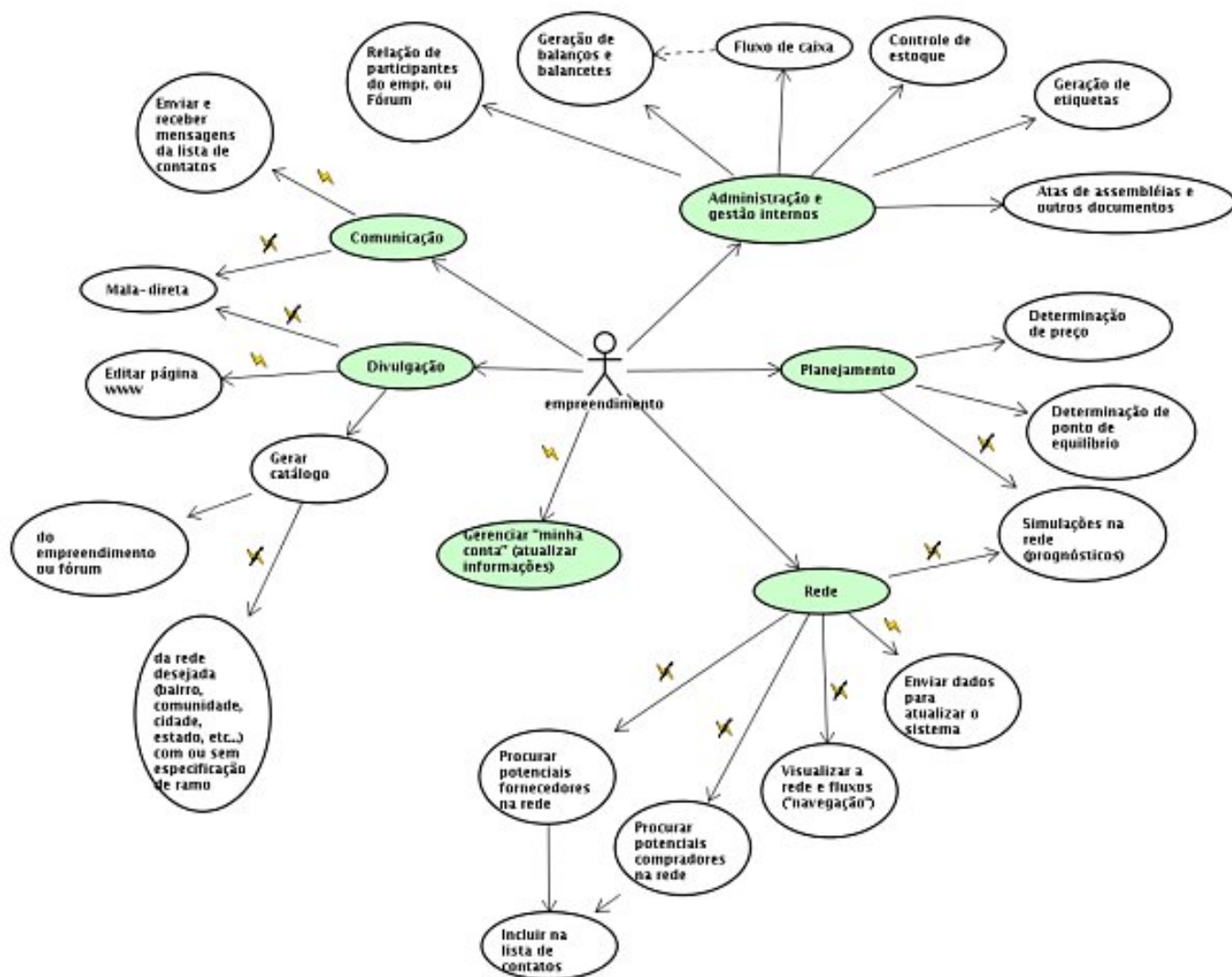
Euclides André Mance <mance@milenio.com.br>

Vicente Aguiar <vicenteaguiar@gmail.com>

ANEXOS

A. Esboço de casos de uso

Ao centro da imagem, está o usuário, que pode ser um empreendimento, entidade de assessoria, fórum ou rede local.



B. Dados do Mapeamento Nacional de Economia Solidária

TABELA 1 – EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES): TOTAL POR ESTADO E POR FEES

UF	EESs (a)	EESs em FEESs (b)	% (b/a)
AC	403	5	1%
AL	205	23	11%
AM	304	20	7%
AP	103	15	15%
BA	1096	90	8%
CE	1249	110	9%
DF	341	61	18%
ES	259	36	14%
GO	667	52	8%
MA	567	8	1%
MG	521	156	30%
MS	234	72	31%
MT	543	32	6%
PA	361	50	14%
PB	446	45	10%
PE	1004	91	9%
PI	1066	49	5%
PR	527	92	17%
RJ	723	152	21%
RN	549	32	6%
RO	240	10	4%
RR	73	2	3%
RS	1634	364	22%
SC	431	74	17%
SE	367	57	16%
SP	641	173	27%
TO	400	18	5%
TOTAL	14.954	1.889	13%

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SENAES/MTE

**TABELA 2 – ASSOCIADOS/AS DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES):
TOTAL POR ESTADO E POR FEES**

UF	Associados/as de EESs (a)	Associados/as de EESs em FEESs (b)
AC	22.707	665
AL	19.053	2.705
AM	25.960	1.311
AP	9.358	1.800
BA	85.735	15.219
CE	81.755	11.427
DF	38.906	5.356
ES	22.629	1.108
GO	32.788	2.075
MA	45.159	816
MG	22.691	7.392
MS	3.739	602
MT	36.526	984
PA	16.000	1.901
PB	40.645	3.201
PE	56.449	5.919
PI	35.096	610
PR	37.386	11.988
RJ	54.967	5.213
RN	53.325	990
RO	16.981	1.697
RR	4.392	24
RS	336.213	36.548
SC	59.968	10.044
SE	18.073	7.262
SP	21.166	3.868
TO	28.477	1.939
TOTAL	1.226.144	142.664

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SENAES/MTE

TABELA 3 – ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA: TOTAL POR ESTADO E POR FEES

UF	EAFs (a)	EAFs em FEESs (b)	% a/b
AC	9	2	22,22
AL	19	5	26,32
AM	33	3	9,09
AP	9	5	55,56
BA	105	20	19,05
CE	93	27	29,03
DF	17	3	17,65
ES	25	5	20,00
GO	24	5	20,83
MA	59	5	8,47
MG	45	12	26,67
MS	14	3	21,43
MT	19	2	10,53
PA	29	4	13,79
PB	35	5	14,29
PE	120	12	10,00
PI	46	10	21,74
PR	59	7	11,86
RJ	48	3	6,25
RN	45	12	26,67
RO	19	3	15,79
RR	4	1	25,00
RS	70	23	32,86
SC	37	15	40,54
SE	53	5	9,43
SP	65	12	18,46
TO	19	1	5,26
TOTAL	1120	210	18,75

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SENAES/MTE